Santo Agostinho 3 S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Santo Agostinho 3 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santo Agostinho 3 S.A. ("Companhia"), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Agostinho 3 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes e, consequentemente, não emitimos opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 8 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013223

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ n° 20.675.156/0001-80
NIRE n° 42 3 0005307-4
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Santo Agostinho 3 S.A. ("Santo Agostinho 3" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Santo Agostinho 3, com potência de 12,4 MW e capacidade comercial estimada de 6,2 MWm.

Santo Agostinho 3 é uma das 14 centrais eólicas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I, em construção, com potência de 434,0 MW e capacidade comercial estimada de 218,0 MWm. O Conjunto está localizada entre os municípios de Lajes e Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte. Sua energia será totalmente direcionada para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Santo Agostinho 3 pertence à Santo Agostinho Participações S.A., que por sua vez pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading*, transmissão de energia e transporte de gás natural, através da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Implantação

Em junho de 2016, foi emitida a licença prévia pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), órgão ambiental do estado do Rio Grande do Norte, declarando o empreendimento ambientalmente viável, e até agosto de 2021, foram obtidas todas as licenças de Implantação, bem como as respectivas anuências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para os parques eólicos.

Em novembro de 2021, foi obtida a Licença Simplificada Prévia e requerida a Licença Simplificada de Instalação, para construção da Linha de Transmissão e do *bay* de conexão a ser construído na subestação Monte Verde, que interligará o conjunto eólico ao *grid*.

Ao final de 2021, o avanço das obras do BoP (*Balance of Plant*, excluindo os aerogeradores) de todo o Conjunto atingiu 27,4%, sendo executadas atualmente as atividades de supressão de vegetação, construção de acessos, escavação e concretagem das bases dos aerogeradores e a implantação das redes de Média Tensão. Continuam avançando também as atividades de construção da Subestação Coletora. O progresso geral da obra está em 7,7%.

A implantação demandará investimentos da ordem de R$ 2,3 bilhões (base dez/2020) e gerará mais de mil empregos diretos na região.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

7. Agradecimentos

A Administração de Santo Agostinho 3 agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2021.

A Administração

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.

CNPJ N° 20.675.156/0001-80 | NIRE N° 42 3 0005307-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020 (não auditado)**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		42	3
Ganhos não realizados em operações de *hedge*	5	1.143	-
Outros ativos circulantes		37	-
		1.222	**3**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ganhos não realizados em operações de *hedge*	5	535	151
		535	**151**
Imobilizado	**4**	**12.022**	**-**
Intangível		**12**	**-**
Direito de uso de arrendamentos	**6**	**124**	**63**
		12.693	**214**
TOTAL		**13.915**	**217**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020 (não auditado)**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		603	-
Arrendamentos a pagar	6	16	8
Obrigações fiscais e regulatórias		121	-
Outros passivos circulantes		1	-
		741	**8**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos a pagar	6	116	59
Perdas não realizadas em operações de *hedge*	5	-	105
		116	**164**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7**		
Capital social		11.497	71
Outros resultados abrangentes		1.678	46
Prejuízos acumulados		(117)	(72)
		13.058	**45**
TOTAL		**13.915**	**217**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.
CNPJ N° 20.675.156/0001-80 | NIRE N° 42 3 0005307-4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020 (não auditado)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços de terceiros		(40)	-
Taxas ambientais		-	(7)
Depreciação do direito de uso de arrendamentos	6	-	(3)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(40)**	**(10)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas com serviços bancários		(5)	-
Juros sobre arrendamentos	6	-	(7)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(45)**	**(17)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020 (não auditado)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(45)**	**(17)**
Outros resultados abrangentes que no futuro serão reclassificados para o resultado			
Hedge de fluxo de caixa	5		
Ganhos líquidos não realizados originados no exercício		1.632	46
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**1.587**	**29**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.
CNPJ N° 20.675.156/0001-80| NIRE N° 42 3 0005307-4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)		**55**	**-**	**(55)**	**-**
Aumento de capital		16	-	-	16
Prejuízo do exercício		-	-	(17)	(17)
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos		-	46	-	46
Saldos em 31.12.2020 (não auditado)	**7**	**71**	**46**	**(72)**	**45**
Aumento de capital		11.426	-	-	11.426
Prejuízo do exercício		-	-	(45)	(45)
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos		-	1.632	-	1.632
Saldos em 31.12.2021	**7**	**11.497**	**1.678**	**(117)**	**13.058**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA SANTO AGOSTINHO 3 S.A.
CNPJ N° 20.675.156/0001-80| NIRE N° 42 3 0005307-4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(45)	(17)
Conciliação do prejuízo com o caixa das operações:		
Depreciação do direito de uso de arrendamentos	-	3
Juros sobre arrendamentos	-	7
Prejuízo do exercício ajustado	**(45)**	**(7)**
Redução (aumento) nos ativos		
Outros ativos	(37)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	597	-
Outros	124	-
Caixa gerado (utilizado) nas operações	**639**	**(7)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(12.017)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(12.017)**	**-**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	11.426	16
Pagamento de arrendamentos	(9)	(8)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**11.417**	**8**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**39**	**1**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	3	2
Saldo final	42	3
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**39**	**1**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Remensuração de arrendamentos	66	-
Fornecedores de imobilizado	5	-
Juros e depreciação de arrendamentos capitalizados	13	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Santo Agostinho 3 S.A. ("Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 21.07.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da Usina Eólica Santo Agostinho 3 ("Usina"), bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrente de suas atividades e constituir e ter participação em consórcios para consecução do seu objeto.

A Companhia pertence ao Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I (CESA). Em 15.01.2021, foi assinado contrato para o fornecimento de aerogeradores, viabilizando o início da implantação deste Conjunto, cuja capacidade instalada será de 434,0 MW[1], sendo sua energia totalmente direcionada para contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). O início da construção ocorreu em junho de 2021, tendo previsão de investimento inicial de R$ 2 bilhões e de entrada em operação comercial até março de 2023.

A Usina está localizada nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, a aproximadamente 120 km da Cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Santo Agostinho, com participação de 2,86%. O Consórcio Santo Agostinho é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora ENGIE Brasil Energia S.A. Até a presente data, a Companhia não desempenhou qualquer atividade operacional.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

- Contratação de novos financiamentos

Em novembro de 2021, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor total de R$ 42 milhões, cujos recursos não foram liberados até a data dessas demonstrações contábeis. Os recursos serão destinados ao financiamento da construção da Usina. As principais condições contratadas foram estas:

		Condições de pagamento	
Banco	**Juros**	**Vencimento**	**Principal e juros**
BNDES – Santo Agostinho	IPCA + 6,16% a.a.	11.2045	Mensais

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 08.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de autorização de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção.

b) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados, quando aplicável. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

c) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Santo Agostinho (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de compromissos futuros em moeda estrangeira, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

f**.1) *Hedge* de fluxos de caixa**

No início da operação de *hedge*, a Companhia elabora documentação formal com a descrição dos objetivos e estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

Os *hedges* para a proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros altamente prováveis de aquisição de bens e serviços para o ativo imobilizado são designados como "*Hedge* de fluxo de caixa". Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do *hedge*, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes", e transferidos para o ativo imobilizado quando o compromisso financeiro protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado e da taxa incremental de arrendamentos.

h) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

i) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19			
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2021
Em curso	
Adiantamento a fornecedores	6.804
Máquinas e equipamentos	2.784
Edificações e benfeitorias	1.522
Reservatórios, barragens e adutoras	10
Outros a ratear	902
	12.022

O início da construção da Usina ocorreu em junho de 2021, tendo previsão de entrada em operação comercial até março de 2023.

b) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Eólica Santo Agostinho 3, com capacidade instalada de 12,4 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2021.

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro da ENGIE Brasil Energia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

O risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:

Riscos relacionados às operações de *hedge*

A "Política de Investimentos e Derivativos" da ENGIE Brasil Energia, controladora indireta da Companhia, impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. As únicas operações de *hedge* contratadas pela Companhia são os NDF para proteger os fluxos de pagamentos dos compromissos futuros altamente prováveis em moeda estrangeira.

- Operações de *hedge* de fluxo de caixa

A Companhia mantém contratado em 31.12.2021 *Non-Deliverable Forward* (NDF), com o objetivo de proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos nos contratos de construção da Usina. O NDF foi contratado em 29.12.2020 e o valor nocional, em 31.12.2021, era de US$ 1.910, € 740 e Reimembi de Hong Kong (CN¥) 5.277, os quais estão firmados com o BNP Paribas e Itaú e têm seus vencimentos entre agosto de 2022 e abril de 2023. Não houve nenhuma ineficácia para ser registrada no exercício de 2021 decorrente destas operações.

Em 31.12.2021, os ganhos não realizados dos NDF totalizavam uma posição ativa, líquida de R$ 1.678 (R$ 46 de posição ativa, líquida em 31.12.2020). A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".

Mutação líquida das operações de hedge

	Circulante	Não circulante	Total
Ajuste a valor justo por meio do ORA	-	46	46
Ativo em 31.12.2020, líquido (não auditado)	**-**	**46**	**46**
Transferência	654	(654)	-
Ajuste a valor justo por meio do ORA	489	1.143	1.632
Ativo em 31.12.2021, líquido	**1.143**	**535**	**1.678**

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Fórum Financeiro da ENGIE Brasil Energia, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Fórum Financeiro da ENGIE Brasil Energia. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está sendo instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2039.

a) Direito de uso de arrendamentos

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

Saldo em 31.12.2019 (não auditado)	**66**
Depreciação	(3)
Saldo em 31.12.2020 (não auditado)	**63**
Remensuração	66
Depreciação capitalizada	(5)
Saldo em 31.12.2021	**124**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	**7**	**61**	**68**
Juros	7	-	7
Transferências	2	(2)	-
Amortizações	(8)	-	(8)
Saldos em 31.12.2020 (não auditado)	**8**	**59**	**67**
Remensuração	8	58	66
Juros capitalizados	8	-	8
Transferências	1	(1)	-
Amortizações	(9)	-	(9)
Saldos em 31.12.2021	**16**	**116**	**132**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,43% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	14
2024	12
2025	11
2026	10
2027	9
2028 a 2032	34
2033 a 2037	21
2038 em diante	5
Arrendamentos a pagar	**116**

NOTA 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2021 era de R$ 11.497 (R$ 71 em 31.12.2020), representado por 11.496.714 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 11.496.713 pertencem à controladora Santo Agostinho Participações S.A. e 1 pertence à controladora indireta ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Outros resultados abrangentes

Refere-se aos efeitos do *hedge* de fluxo de caixa que corresponde à parcela efetiva do ganho ou perda acumulada resultante das variações do valor justo dos instrumentos de *hedge* contratados para fins de proteção dos fluxos de caixa, cuja operação está descrita na Nota 5 – Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros.

NOTA 8 - COMPROMISSO DE LONGO PRAZO

Em 15.01.2021, foi assinado o contrato para o fornecimento de aerogeradores do Conjunto Eólico Santo Agostinho ("CESA"), ao qual a Companhia pertence, o que viabiliza o início da implantação da primeira fase do CESA, cuja capacidade instalada será de 434,0 MW. A entrada em operação comercial está prevista para ocorrer até março de 2023 e a energia produzida será totalmente direcionada para contratação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Em 31.12.2021, o valor da obrigação futura proveniente deste contrato totalizava R$ 2.136.162.

NOTA 9 - SEGUROS

A Companhia mantém contratadas apólices seguros de riscos de engenharia para o Conjunto Eólico Santo Agostinho, cujo limite para danos materiais é de R$ 350.000.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Eólica Santo Agostinho 3 S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Executivo

Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretora Administrativa e Financeira

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

Giuliano Pasquali
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC